

MULHER IMIGRANTE HAITIANA: intersecções entre estudos migratórios e de gênero

HAITIAN IMMIGRANT WOMAN: intersections between migration studies and gender studies

Weidila Nink Dias¹

Débora de Bitencourt Fél²

Luciane De Conti³

Adolfo Pizzinato⁴

Mônica Medeiros Kother Macedo⁵

RESUMO: Este artigo discute a migração de mulheres haitianas para o Brasil a partir dos estudos migratórios e de gênero, em uma perspectiva interseccional e decolonial. Com base em pesquisa bibliográfica e em dados empíricos oriundos de escutas e observações em programa de extensão universitário, analisamos como nacionalidade, raça, classe e gênero se articulam na experiência migratória. O texto revisita o debate sobre a feminização das migrações, enfatizando o aumento da presença feminina e as mudanças no perfil da migração. Evidenciamos a persistente invisibilização das haitianas, sua inserção em trabalhos informais e de serviços, barreiras educacionais, dificuldades de validação de diplomas e vulnerabilidades no acesso à saúde. Concluimos propondo a relevância de que estudos considerem gênero como categoria relacional de análise, indissociável de raça, classe e nacionalidade, para qualificar diagnósticos, bem como para orientar futuras investigações com recorte empírico ampliado.

Palavras-chave: Migração haitiana; Gênero; Interseccionalidade; Mulheres haitianas.

ABSTRACT: This article discusses the migration of Haitian women to Brazil through the lenses of migration studies and gender studies, adopting an intersectional and decolonial perspective. Based on bibliographical research and empirical data derived from listening practices and observations conducted within a university extension program, we analyze how nationality, race, class, and gender intersect in the migratory experience. The text revisits the debate on the feminization of migration, emphasizing the growing presence of women and the shifts in migration profiles. We highlight the persistent invisibilization of Haitian women, their concentration in informal and service-sector work, educational

¹Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: weidilanink@gmail.com

²Mestra em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: deborabfel@gmail.com

³Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e da Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutoranda em Estudos Psicanalíticos no Programa de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: luciane.conti@ufrgs.br

⁴Professor Adjunto do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa da Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: adolfofizzinato@hotmail.com

⁵Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação Psicanálise, Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: monicakothermacedo@gmail.com

barriers, challenges in diploma recognition, and vulnerabilities in accessing healthcare. We conclude by underscoring the importance of considering gender as a relational analytical category, inseparable from race, class, and nationality, in order to improve diagnostic assessments and guide future research with an expanded empirical focus.

Keywords: Haitian migration; Gender; Intersectionality; Haitian women.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo tecer considerações acerca da migração de mulheres haitianas a partir da perspectiva dos estudos de gênero. De acordo com a *Organização Internacional para as Migrações* (OIM, 2009), migrar significa deslocar-se por meio de fronteiras ou no interior de um Estado, seja essa migração motivada por questões políticas, econômicas, sociais ou não. Embora este seja um direito reconhecido internacionalmente, isso não isenta migrantes de vivências desgastantes, do enfrentamento com preconceitos, julgamentos e estranhamentos, que promovem uma fragilização da vida psíquica e dos laços sociais (Coracini, 2009; Costa, 2000).

O relatório oficial da OIM, publicado em 2020, mostrou que o número de pessoas em todas as categorias de processos migratórios atingiu 281 milhões em 2020, o que corresponde a 3,6% da população mundial (Peixoto et al., 2025). Existem muitas categorias para caracterizar e distinguir pessoas que foram deslocadas para outros países ou territórios: migrantes, imigrantes, refugiados, requerentes de asilo, entre outros (Santinho, 2016). Aqui, o termo “migrante” é utilizado para se referir a qualquer pessoa em processo de migração internacional. Tais processos podem infligir diversas vulnerabilidades multifatoriais à população migrante, particularmente em casos de deslocamento forçado, devido a diversas violações de direitos humanos (Peixoto et al., 2025). Desde o início do processo de mobilidade geográfica, pessoas nessa condição podem vivenciar estressores como violência física e psicológica, extorsão, tráfico de pessoas e inseguranças relacionadas às políticas do país de acolhimento. Ao chegarem a um novo território ou país, os migrantes também enfrentam condições relacionadas ao baixo status socioeconômico, à falta de apoio social, à dificuldade de adaptação cultural, às barreiras linguísticas e a outras formas de marginalização (Peixoto et al., 2025). As diferentes violências sofridas pelos migrantes podem ser mais ou menos acentuadas considerando as intersecções de raça, classe, gênero e nacionalidade, que incidem de forma singular sobre as mulheres haitianas no Brasil.

A migração de mulheres haitianas, encetada no bojo de um movimento migratório maior, nomeadamente a *diáspora* haitiana (Handerson, 2015), suscitou novas questões (Peres; Baeninger, 2017). Desde o ano de 2010, em que houve um aumento do contingente populacional emigrado do Haiti, principalmente em decorrência dos efeitos provocados pelo terremoto que atingiu o país naquele ano, várias dessas mulheres procuraram o Brasil para ter novas condições de vida, quando não de sobrevivência. O interesse por realizar esta pesquisa surgiu do encontro com haitianas moradoras da cidade de Porto Velho, Rondônia, a partir da participação da primeira autora em programas de extensão universitários no contexto do ensino de português brasileiro. Nesse cenário, os sentidos atribuídos por elas sobre a migração tornaram-se uma questão, sobretudo porque os movimentos migratórios empreendidos por pessoas haitianas, no contexto dos terremotos, e a intensificação dos deslocamentos de mulheres remetem a novos delineamentos das migrações na atualidade, revestidos dos resquícios da feminização (Marinucci, 2007), chamando atenção pela atualidade do conceito e o quanto ainda há para desenvolver o mesmo dentro dos estudos migratórios.

Nesse contexto, Marinucci (2007) desvela as vicissitudes que interpelam os processos migratórios de mulheres, assumindo que a feminização pode ser interpretada a partir de três perspectivas, quais sejam, (1) pelo aumento quantitativo de mulheres na migração, (2) pela visibilidade ou invisibilidade delas em meio ao contingente populacional em contexto de migração, e (3) pelas mudanças no perfil da migração feminina, isto é, empreendida por mulheres. A feminização constitui, dessa forma, uma importante categoria de análise da migração. Na mesma direção, a prerrogativa de nacionalidade também tem se mostrado um importante foco nos estudos migratórios, por constituir uma especificidade na vivência de cada migrante (Nuselovici, 2013; Fraser, 2016). Os haitianos e haitianas são atravessados por dificuldades históricas associadas ao empobrecimento e às invasões sofridas pelo país, que interferem no desenvolvimento da autonomia dos cidadãos (Loudior, 2013; Cotinguiba, 2014). Além disso, como expõem Barroso, Dias e Fernandes (2021), em paralelo aos eventos políticos no território haitiano, a mídia internacional, sustentada pela lógica imperialista cultural, associava a imagem do haitiano à barbárie, a um sujeito destituído de cultura, concepções essas que serviam, como se referem as autoras, “aos propósitos de justificar a colonização e o extermínio dos povos” (p. 21).

Em certo sentido, como constataam Marques e Terrier (2017, p. 3), “a forma como eles

[os haitianos] figuram nas narrativas midiáticas apontam para a ausência de reconhecimento, o preconceito e o desconhecimento de suas realidades, resistências e práticas criativas cotidianas”. É assim, como propõe Chimamanda Adichie (2019, p. 22), “que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. Assim, reconhece-se que discursos hegemônicos podem incidir na subjetividade dos sujeitos migrantes, afetando a integração social em decorrência da imagética do povo haitiano, criada para justificar a colonização e as operações militares que têm acontecido no território (Thomaz, 2011; Scaramal, 2006). Portanto, é bastante relevante questionar o quanto as prerrogativas de nacionalidade são parte da construção de representações sobre determinados sujeitos. Entende-se, nesse sentido, que a complexidade do fenômeno dos movimentos migratórios de sujeitos haitianos, ao aludir à dimensão ético-política, inclui temáticas relativas à nacionalidade, à classe social, à racialidade e ao gênero, os quais participam da composição das subjetividades que serão interrogadas no nosso estudo. A pesquisa está, portanto, fundamentada no desejo de compreender as articulações desses aspectos nas experiências singulares de mulheres haitianas migrantes - mulheres negras, em sua grande maioria pobres, vindouras de um lugar veiculado negativamente pela mídia internacional (Scaramal, 2006), e que vivenciam em seu corpo *gendrado* (Lauretis, 1994) a experiência de um migrar. Nessa direção, uma perspectiva interseccional de gênero (Brah 2006; Crenshaw 2004) permite pensar categorias sociais junto às condições em que as pessoas migram. Assim, a origem nacional, gênero, raça-cor/etnia, idade e/ou situação socioeconômica, convertem-se em eixos de diferenciação que produzem determinadas exclusões/inclusões de diferentes gradientes, a partir de determinadas práticas hierarquizadas de intervenção social, sejam políticas e legais, sejam econômicas, na materialidade dessa construção (Telmo-Romano; Pizzinato, 2019).

De acordo com Telmo-Romano e Pizzinato (2019), as análises realizadas sobre migrações contemporâneas não costumam atentar às características específicas de diversos coletivos, em particular às mulheres imigradas, devido majoritariamente ao viés patriarcal. Uma análise que seja mais sensível às formas de diferenciação de gênero, que não objetive apenas quantificar populações femininas que migram, pareceu-nos importante, especialmente se pensarmos sobre as relações de poder em que essas diferenciações se materializam (Telmo-Romano; Pizzinato, 2019). A feminização na maior parte dos fluxos migratórios é uma realidade presente em todos os panoramas de deslocamento (Benería;

Deere; Kabeer, 2012). Em 2013, por exemplo, as mulheres representavam 48% do total de migrantes internacionais. Alguns dados indicam que a maior porcentagem de mulheres migrantes se encontram nas regiões onde o processo migratório já está estabelecido há algum tempo, como é o caso da Europa, da América Latina e do Caribe, lugares onde a migração feminina representa 51% (United Nations, 2013).

Tal feminização é associada a algumas peculiaridades nas condições de possibilidade existencial enfrentadas por boa parte das mulheres em seus territórios de origem. Dentre elas, destacam-se a falta ou a diminuição de oportunidades de trabalho, os processos de divórcio ou separação, o desejo por mais autonomia e a diminuição das restrições sociais de mobilidade das mulheres, dentre outras. Essas condições, aliadas à possibilidade de melhores oportunidades de emprego no país de destino, contribuíram para a participação de mais mulheres nos movimentos migratórios. Como resultado, houve reconhecimento da importância das questões de gênero na migração internacional (Benería; Deere; Kabeer, 2012). Dito isto, o presente artigo consiste em um estudo de cunho qualitativo de tipo pesquisa bibliográfica. Busca-se responder às seguintes questões: quem é a mulher imigrante haitiana no Brasil? Quais as especificidades da vivência dela no processo migratório? Em que a presença dessas mulheres na migração reconfigura o próprio fenômeno migratório? Espera-se que este estudo contribua com a construção de uma reflexão sobre a importância de pesquisas que abordem a migração pela perspectiva dos estudos de gênero, assim como fomenta novos estudos a partir do reconhecimento de suas limitações.

1. PROBLEMÁTICA DE PESQUISA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A palavra gênero enquanto representante de um determinado aspecto da sociedade foi constituído em meio a uma história. Ao tomar gênero como uma palavra de sentidos plurais, Scott (1995/2017) aponta que gênero implica na rejeição da ideia impressa em sexo, relativo ao aspecto biológico, portanto, sublinha a face relacional e ainda dá outra conotação aos estudos, distanciando os estudos feministas da categoria política mulheres. O emprego da categoria gênero traduz a preocupação de delimitar que o estudo sobre mulheres é necessariamente estudo sobre os homens, e o inverso é igualmente verdadeiro, já que gênero é tomado pela perspectiva relacional. Assim, “o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de

indicar ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (Scott, 1995/2017, p. 75). Logo, tem-se proposto o gênero como um meio de acrescentar novos temas e movimentar uma reavaliação do paradigma científico já estabelecido. Nesse contexto, Scott (1995/2017) afirma que:

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos (p. 73).

Deste modo, sinalizava-se um novo compromisso científico protagonizado e desenvolvido pelas pesquisadoras feministas, cujo foco é a transformação profunda das estruturas das disciplinas. A análise da autora desemboca na constatação de uma contradição inicial entre a alta qualidade dos trabalhos da história das mulheres e a marginalização destes em relação aos demais. Ela propõe que essa defasagem demonstra “os limites de abordagens descritivas que não questionam os conceitos disciplinares dominantes ou, ao menos, que não problematizam esses conceitos de modo a abalar seu poder e, talvez, a transformá-los” (Scott, 1995/2017, p. 74). Assim, as historiadoras feministas assumiram, segundo Scott (1995/2017), três posições teóricas com vistas a analisar gênero, a saber: (1) tecer explicações sobre as origens do patriarcado; (2) firmar compromisso com as críticas feministas com base na tradição marxista, e; (3) explicar a produção e reprodução da identidade de gênero tendo como fundamento o pós-estruturalismo francês, teorias das relações de objeto e as escolas psicanalíticas.

Do ponto de vista marxista, a autora ressalta análises que consideram patriarcado e capitalismo enquanto dois sistemas separados em interação, pois “no interior do marxismo, o conceito de gênero foi, por muito tempo, tratado como um sub-produto de estruturas econômicas cambiantes; o gênero não tinha aí um *status* analítico independente e próprio” (Scott, 1995/2017, p. 80). Contudo, conforme constata, adotar gênero como categoria de análise histórica permite deslocamentos nas posições de poder socialmente estabelecidas. Trilhando esse caminho, Scott (1995/2017) define gênero em dois aspectos. A primeira definição sustenta que gênero constitui relações sociais com base nas diferenças entre os sexos. A segunda, propõe que gênero é uma forma de significar relações de poder. A proposta de um novo modo de operar e pesquisar com essa noção conceitual deveria, portanto,

“incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social” (Scott, 1995/2017, p. 87), uma vez que as estruturas políticas historicamente analisadas por meio de outras categorias podem ser revistas, como por exemplo as políticas paternalistas, a monarquia e suas questões relativas ao casamento, às guerras, às nações e às potências nacionais etc., já que gênero “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (Scott, 1995/2017, p. 89). Gênero seria, nesse sentido, uma proposta de categoria de análise que evidenciaria o caráter relacional dessas identidades, promovendo novos movimentos políticos.

Considerando os limites e problemas dessa perspectiva, autoras dedicadas a repensar o gênero como uma categoria de análise decolonial/contracolonial, tal como Conceição Nogueira (2001), têm refletido sobre como a psicologia pode se beneficiar, e contribuir, ao adotar a perspectiva feminista e permitir, dessa forma, interrogar os mecanismos psíquicos por meio dos quais o gênero exerce controle. Lélia Gonzalez (2018) contribui com essa discussão ao propor que a análise de gênero na América Latina não pode ser descolada da dimensão racial. Tal condição requer reconhecer, segundo afirma, o “duplo caráter de sua condição biológica – ou racial e sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região dependente de um capitalismo patriarcal-racista” (Gonzalez, 2018, p. 314). Nesse sentido, como alerta Sueli Carneiro (2003), é preciso enegrecer o feminismo. Isto é, se gênero se apresenta como uma variável teórica mediante a perspectiva feminista, é necessário incluir na agenda das discussões feministas nos territórios pluriraciais e racistas, como a América Latina, os impactos produzidos pelo racismo nas relações de gênero.

Deste modo, seria possível articular uma categoria de análise que considere as relações de poder encetadas pelo gênero, mas que não negligencie os impactos produzidos pelo racismo nas relações nesse território. Seria necessário, portanto, em concordância com feministas socialistas, negras e anti-imperialistas, adotar uma alternativa interseccional, que foque “não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade” (Fraser, 2016, p. 40). Caberia, portanto, revisar as perspectivas de reconhecidos fenômenos humanos, tal como é o caso da migração, por essa perspectiva de gênero, para balizar reflexões mais bem articuladas com o que Nancy Fraser (2016) denominou de astúcia da história. Porém, porque a experiência subjetiva sobre a qual nos debruçamos é a de mulheres negras, é preciso pensar o gênero por uma perspectiva

decolonial e interseccional, isto é, discutir como as interações e articulações entre raça, gênero e classe – e no nosso caso, inclui-se a prerrogativa de nacionalidade (Nuselovici, 2013; Fraser, 2016) – criam experiências novas (Gomes, 2018). Em outros termos,

Usar o gênero como categoria de análise decolonial significará empreender estudos que vejam que o que hoje entendemos ou usamos como sexo/gênero foi construído no performativo da colonialidade, tendo a raça e o racismo como informadores dessa construção, ou seja, raça, sexo e gênero não surgem como conceitos separados, mas são forjados numa mesma matriz que tem como estrutura binária central aquela de humanos/não-humanos (Gomes, 2018, p. 77).

Ballestrin (2013) aponta para essa mesma direção quando discute o giro decolonial nas epistemologias no contexto da América Latina, em que, para compreender as novas dinâmicas colonialistas em tempos de globalização, é preciso remeter à classe, gênero e etnia, mas também migração e diáspora, pois estas “apareceram como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas” (Ballestrin, 2013, p. 94). Contudo, sabemos que abordar gênero por meio da pesquisa é um desafio, especialmente em Psicologia. Ou melhor, implica em assumir uma encrenca, uma vez que convoca um estranhamento, já que somos atravessados pelo gênero o tempo todo. Em outras palavras, “teorizar sobre gênero implica encrenca pela enorme complexidade desse conceito e também porque a tendência é domesticá-lo, trazê-lo para a segurança da casa, do conhecido” (Azeredo, 2010, p. 184).

Buscando construir uma pesquisa na perspectiva de gênero como a acima discutida, atenderemos o chamado de Peres e Baeninger (2017), quando apontam a importância de se estudar a migração a partir da perspectiva de gênero. Segundo as autoras, o “reconhecimento da entrada das mulheres em fluxos migratórios forçou um avanço teórico que explicasse, além dos motivos de atração ou repulsão econômica, os fatores que levavam mulheres a migrar” (Peres; Baeninger, 2017, p. 7). Assim:

os estudos de gênero vem contribuindo com os estudos de migração, para que possamos aprofundar o conhecimento não somente acerca de entradas e saídas de migrantes de um determinado país, mas também seus contextos de origem e demais etapas migratórias, nas dimensões para além do indivíduo, ou seja, familiar e domiciliar (Peres; Baeninger, 2017, p. 15).

Dito isto, em termos da migração de mulheres haitianas, isso significa reconhecer que suas experiências são produzidas na confluência de gênero, raça, nacionalidade e condição migratória, atravessadas pela colonialidade, e que qualquer leitura que pretenda alcançar a complexidade do fenômeno precisa considerar, de modo articulado, como essas estruturas organizam tanto as vulnerabilidades quanto as formas de agência que elas constroem no deslocamento.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Este artigo tem como objetivo tecer considerações acerca da migração de mulheres haitianas a partir da perspectiva dos estudos de gênero. Busca-se responder às seguintes questões: quem é a mulher imigrante haitiana no Brasil? Quais as especificidades da vivência dela no processo migratório? Em que a presença dessas mulheres na migração reconfigura o próprio fenômeno migratório? Adota-se uma metodologia de caráter qualitativa e exploratória, constituindo-se em uma pesquisa bibliográfica. O caráter exploratório da pesquisa está sendo tomado aqui conforme definição de Deslandes (1994), ou seja, como um dos momentos mais importantes que antecede o desenvolvimento de outras pesquisas e cujas atividades permitem ao pesquisador definir objeto e objetivos das pesquisas a serem desenvolvidas. Segundo a autora, “uma *fase exploratória* conduzida de maneira precária trará grandes dificuldades à investigação como um todo” (Deslandes, 1994, p. 32). Por isso, retomar elementos que fundamentarão estudos posteriores pode representar uma preparação mais efetiva para o decurso da pesquisa.

Quanto a pesquisa bibliográfica, nossa escolha se deu por “se constituir em etapa inicial de um processo de pesquisa, seja qual for o problema em questão, com o objetivo de se ter um conhecimento prévio da situação em que se encontra um assunto na literatura da área” (Trigueiro et al., 2014, p. 22). Embora seja parte de qualquer pesquisa, à diferença do levantamento bibliográfico, a pesquisa bibliográfica constitui um tipo de pesquisa (Trigueiro et al., 2014) que permite tanto nos situar em relação ao nosso objeto de pesquisa, quanto refletir sobre a imigração haitiana, fornecendo subsídios ao desenvolvimento de outros estudos. Para isso, partimos inicialmente de três documentos: a) o *Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo*, *Observatório das Migrações em Rondônia* e *Observatório das Migrações de Santa Catarina – Migrações internacionais Mulheres*,

organizado por Baeninger, Demétrio e Domeniconi, publicado em 2021 pelo Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, por meio da colaboração dos observatórios das migrações; b) o *Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra*, elaborado por Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020) e; c) a pesquisa efetuada por Peres e Baeninger (2017) a respeito das mulheres haitianas nos registros brasileiros. Discutimos alguns aspectos destacados por esses documentos e de outros estudos incluídos posteriormente, que discutem as especificidades da vivência de mulheres migrantes haitianas no Brasil.

Dados empíricos, provenientes das escutas e observações acessadas pela inserção da primeira autora em programa de extensão universitário, são apresentados para dialogar com os dados bibliográficos. As escutas e observações ocorreram entre os anos de 2019 a 2022 em contextos diversos: sala de aula de português brasileiro para migrantes recém-chegados, rodas de conversa, eventos culturais e outros trabalhos atrelados ao projeto. A periodicidade das ações variava conforme a natureza de cada atividade: as aulas aconteciam semanalmente, aos sábados; as rodas de conversa eram mensais, organizadas de acordo com a demanda apresentada pelo projeto e por participantes; e os eventos culturais eram esporádicos, acompanhando calendários específicos, com datas significativas e festivas. O número de mulheres acessadas não foi quantificado, devido à própria dinâmica do espaço, caracterizado por alta rotatividade. Contudo, as atividades desenvolvidas foram registradas sistematicamente em diário de campo após cada encontro. O critério utilizado para o registro baseou-se nas percepções da primeira autora, incluindo narrativas acessadas, observações, diálogos e interações com as participantes. No que se refere ao consentimento para participação das atividades, ao ingressar no projeto, cada participante passava por uma triagem inicial, na qual eram apresentados os objetivos, os serviços ofertados e os possíveis encaminhamentos. Nessa etapa, as mulheres assinavam um termo de participação, assegurando que sua adesão às atividades era voluntária e realizada com pleno conhecimento das ações desenvolvidas e dos direitos a elas garantidos. Com esse procedimento, os registros produzidos no âmbito do projeto puderam compor o conjunto de materiais analisados. Dessa forma, buscou-se, mediante a triangulação entre os materiais bibliográficos e as observações de campo, ampliar a compreensão do fenômeno migratório sob uma perspectiva qualitativa, que permita que os dados empíricos apoiem análises e contraponhos com as produções teóricas acessadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: as mulheres imigrantes haitianas

Embora a migração haitiana com destino ao Brasil aconteça há muito tempo, tal movimento se acentuou desde 2010. Reconhecidamente, o elemento principal em jogo para esse aumento contingencial foi a catástrofe causada pelo terremoto que assolou o país no mesmo ano. Nesse evento ímpar na história do Haiti, casas desmoronaram, prédios inteiros desabaram, pessoas ficaram soterradas, numa amplitude de destruição que não pode ser lida apenas como fenômeno de causas naturais, e sim como efeito de uma série de explorações e invasões históricas que fizeram do Haiti um país empobrecido, ao mesmo tempo que o fez resistente e forte contra as adversidades no curso da história (Allegri, 2013; Louidor, 2013; Cotinguiba, 2014). Desde este episódio trágico, várias mulheres haitianas têm se dirigido para o Brasil. De acordo com o *Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra*, elaborado por Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020), foram identificados 4.898 registros migratórios de mulheres haitianas a partir dos dados da Polícia Federal. Em 2020, esse número foi para 1.771, o que mostra que, mesmo durante a pandemia de Covid-19, as mulheres continuaram chegando no Brasil. Já os dados sobre o refúgio, indicam que em 2019 foram 3.427 mulheres solicitantes, enquanto em 2020 foram 2.475 mulheres solicitantes de refúgio segundo o mesmo *Relatório* (Cavalcanti; Oliveira; Macêdo, 2020).

No mesmo documento, um artigo escrito por Tonhati e Macêdo (2020) apontou que as movimentações das haitianas através das fronteiras brasileiras entre os anos de 2010 e 2015 totalizaram 17.526 registros. Na segunda metade da década, entre 2016 e 2019, as movimentações das haitianas no território brasileiro chegaram a 37.082. Isso mostra que houve uma crescente entre os dois períodos. Já o *Atlas Temático sobre a migração internacional de mulheres*, organizado por Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021), apontou que entre 2000 e 2020, cerca de 562 mil mulheres imigrantes foram registradas no Brasil, sendo que 53.149 eram mulheres haitianas, o que equivale a terceira nacionalidade com maiores registros entre as identificadas.

Como evidenciado por esses dados, o movimento migratório em tela é bastante expressivo, contudo, essas mulheres permanecem invisibilizadas (Peres; Baeninger, 2017). A hipótese central levantada por Peres e Baeninger é de que “a presença masculina já confere a imagem de uma imigração de homens trabalhadores e, de outro lado, porque os empregos

em que as mulheres haitianas estão conseguindo se inserir são nos serviços” (Peres; Baeninger, 2017, p. 8). As autoras evidenciam que os homens têm conseguido se inserir em trabalhos formais, especialmente ligados à construção civil e às atividades frigoríficas. Mas as mulheres, que não compartilham das mesmas atividades, inserem-se em cargos informais, em setores de serviços e de comércios. Dessa forma, os dados se tornam de difícil mensuração, pois são precisamente as informações referentes aos empregos formais que podem ser realmente recuperadas. Conforme descrito na Tabela 1, no ano de 2019, foram identificadas 14.113 mulheres haitianas no mercado de trabalho formal no Brasil de um total de 47.930. Apesar disso, o Atlas informa as admissões e desligamentos de vínculos em trabalhos formais entre 2017 e 2019.

Tabela 1 - Situação de mulheres haitianas no mercado de trabalho formal no Brasil por ano

Ano	Situação	Total de registros
2017	Admissões	5.909
	Desligamentos	3.259
	Saldo	2.650
2018	Admissões	6.848
	Desligamentos	3.961
	Saldo	2.887
2019	Admissões	7.574
	Desligamentos	5.495
	Saldo	2.079

Fonte: Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2021).

Podemos observar na Tabela 1 que uma média de 2.538 mulheres haitianas tinham permanecido nos seus trabalhos formais nos anos tomados como referência (2017-2019), o que se traduz em uma preocupação, visto que isso corresponde a um número mínimo, tendo em vista a entrada de 53 mil mulheres dessa nacionalidade. Ao mesmo tempo que nos indica uma crescente vulnerabilização, na contramão, os dados negativos indicam que a inserção dessas mulheres tem se dado nos empregos informais, que podem assumir condições adversas. Handerson e Joseph (2015) apontam que é necessário compreender as novas dinâmicas do mercado de trabalho, encetadas pelo capitalismo na atualidade. Citando o exemplo da França, os autores sinalizam que as demandas de cuidado e de trabalho doméstico surgidos a partir do desenvolvimento de maior autonomia das mulheres brancas, na conquista de maiores espaços no mercado formal, impulsiona os movimentos migratórios de mulheres negras para suprir, por assim dizer, um ramo de trabalho que não é desejável pelas mulheres locais. Todavia, como o trabalho doméstico também não é bem visto no Haiti, são gerados sofrimentos enormes, decorrentes do que os autores chamam de “aspectos materiais da decadência” (Handerson; Joseph, 2015, p. 13).

Os autores constataam que “a decadência não significa necessariamente uma mudança de classe social, mas, às vezes, uma mudança de situação social, e aqui se trata de uma mobilidade social descendente” (Handerson; Joseph, 2015, pp. 14-15). De tal modo, as mulheres haitianas no contexto da migração ficam empobrecidas, mudam de salários, mas também passam a se situar numa nova dinâmica de classe, interligada à dimensão de raça e gênero. Além disso, apropriando-nos das discussões tecidas por Lélia Gonzalez (2018), observamos que “Não é necessário dizer que para o mesmo trabalho exercido por brancos, os rendimentos são sempre menores para trabalhadores negros de qualquer categoria profissional (principalmente nas de maior qualificação)” (p. 316), pois dada a posição social, é a mulher afrolatinoamericana que é mais afetada pelas discriminações.

Nesse ponto, a discussão sobre as questões étnico-raciais trazidas por Neusa Santos Souza (1983, p. 19) contribuem com nossa investigação, ao apontar que a “sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e insistiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior”. Essa visão indica a questão racial como elementar para pensar a realidade na América Latina, ao sustentar que nos aspectos históricos estão situados elementos que atravessam a racialidade, pois a “categorial racial

possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante” (Souza, 1983, p. 20). Assim, ao estabelecer-se um ideal branco, os sujeitos negros e sobretudo as mulheres negras são encerradas em um lugar específico no laço social, de onde são atravessadas por frustrações e estereótipos limitantes (Souza, 1983). Segundo Handerson e Joseph (2015), no mercado de trabalho alguns setores são designados como *negros jobs*, sendo estes os que normalmente empregam imigrantes negros vindouros do Haiti. Fortuna e Nascimento (2018) acrescentam que há empregos em que haitianas não são admitidas, como evidenciam por meio da fala de uma entrevistada: “dizem que não tem vaga para haitiana, só para brasileira” (p. 13).

Adiante, poder-se-ia questionar se os fatores como disponibilidade, língua e formação acadêmico-profissional não guardariam relações profundas com os elementos acima abordados. É sabido que as políticas educacionais no Haiti privilegiam os meninos em detrimento das meninas, incidindo até mesmo na língua, já que boa parte dos meninos conseguem falar vários idiomas, e podem assim estabelecer redes para migração, enquanto as meninas ficam circunscritas no ambiente familiar (Aquino Araújo, 2015; Rosa, 2007), na maioria das vezes falando unicamente o crioulo haitiano. Resulta disso uma certa fragilização que incide no acesso delas às políticas educacionais tanto no Haiti quanto no Brasil, onde elas precisam, para ingressar nas escolas e universidades, falar em português brasileiro. Telmo-Romano e Pizzinato (2021) contribuem com essa discussão ao assinalar, a partir do relato de trajetórias de migração de mulheres haitianas, como a concepção de “identidade haitiana” encontra-se relacionada à condição de migrante. O *pati* (partir) ou *vwayaje* (viajar) estão presentes na fala das mulheres haitianas e encontram nesses verbos a possibilidade de conjugar uma vida no presente. Além disso, o “migrar sozinha” das mulheres haitianas demonstra, na perspectiva dos autores, o protagonismo, testemunhado pela tomada de decisão de migrar, o empreendimento da migração sozinha, somado à frequente responsabilização dessas mulheres pelo sustento da família que ficou no Haiti. Assim, mesmo nos casos de migração acompanhada, é possível ver o protagonismo de mulheres, apesar de diversas barreiras, inclusive linguísticas. Muitas mulheres haitianas expressam dificuldade para aprender o português brasileiro, o que pode estar relacionado ao pouco acesso que estas mulheres têm ao ensino formal no Haiti (Telmo-Romano; Pizzinato, 2021).

Com as informações referentes às mulheres haitianas matriculadas nas instituições de ensino brasileiras, apresentadas pelo Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo, Observatório das Migrações em Rondônia, Observatório das Migrações de Santa Catarina - Migrações Internacionais - Mulheres (2021), obtém-se que 7.983 crianças e jovens do gênero feminino estavam matriculadas no ensino básico em 2020. Todavia, apenas 151 mulheres haitianas estavam matriculadas no ensino superior no Brasil no ano de 2019. Demonstra-se, portanto, que a entrada dessas mulheres nas universidades brasileiras é bastante dificultada. Acrescente-se a isso dois elementos. Primeiro que muitas mulheres haitianas chegam ao Brasil com uma laboriosa formação acadêmico-profissional, algumas inclusive com formação a nível de pós-graduação. Contudo, com as dificuldades encetadas pela burocracia para que as universidades validem os diplomas, muitas deparam-se com a necessidade de abandonar a carreira, tendo que recomeçar do zero. Segundo, estudar *aletranje* (no exterior) possibilita que muitas delas levem de volta para o Haiti aquilo que aprenderam. Foi assim, por exemplo, que surgiram, segundo Pierre (2018), os primeiros movimentos feministas no país.

Outro dado relevante apresentado pelo Atlas (2021) diz respeito aos óbitos de mulheres imigrantes no Brasil, sinalizando que entre 2010 e 2019 morreram 211 mulheres haitianas, entre as quais 54 tinham idades entre 35 e 39 anos e, tendo como causas mais frequentes doença infecciosa e parasitária (52 casos), doenças no aparelho circulatório (32 casos), ou ainda, de forma bastante curiosa, por causa de gravidez, parto e puerpério (31 casos). Sobre essa última causa, nota-se a necessidade de desvelar os motivos pelos quais muitas mulheres optam por migrarem grávidas. A constatação desse elemento dos movimentos migratórios é realizada por meio das vivências empíricas, das discussões que têm-se realizado no campo acadêmico nos últimos anos e mesmo por alguns autores que mencionam essa dinâmica (Handerson; Joseph, 2015; Aquino Araújo, 2015; Handerson, 2015).

Handerson (2015) aponta que muitas mulheres migram grávidas para ter seus filhos *aletranje*. Isso se dá com tamanha regularidade que Handerson e Joseph (2015) encontram em sua pesquisa uma casa designada, pelos haitianos, como *Kay fanm ansent*, casa das grávidas, em *Krèyol Ayisyen*. Já Aquino Araújo (2015) aponta como o ato de migrar grávida implica em um rompimento com estruturas de dominação, a partir das “brechas” do sistema. Nossa hipótese, que se alinha com as perspectivas dos autores, é de que também essas

mulheres sentem-se mais seguras em viajar com seus filhos nas barrigas do que depois de paridos, quando poderiam ser facilmente separados das mães como acontece em muitas fronteiras. Corrobora com nossa suspeita o enunciado de Aquino Araújo (2015, p. 24): “Migrar ainda grávida é para estas mulheres, mais econômico e prático do que com uma criança”. Além disso, a dimensão da violência obstétrica que tem acompanhado mulheres negras, indígenas e migrantes, nos partos desumanizados, emitem indícios de sentidos atribuídos às haitianas, como se estas fossem mais resistentes a dor unicamente pelo estereótipo encetado pelo racismo (Milev, 2020). No mesmo sentido, pode-se pensar nas políticas higienistas que circundam a relação de gravidez e parto das mulheres negras haitianas.

Alguns eventos violentos em relação às grávidas dos quais tivemos notícia, por meio das experiências escutadas, remetiam ao mito de que haitianos e haitianas são pessoas vivendo com HIV e que poderiam transmitir o vírus para outras pessoas. Nesse cenário, escutamos relatos sobre profissionais de saúde que, assumindo essa perspectiva ilusória e preconceituosa, negaram atendimento a mulheres haitianas grávidas com medo de que pudessem ser contaminadas. Observa-se, portanto, o quanto o racismo está diretamente ligado a essas violências e a falta de atendimento humanizado por parte de alguns profissionais no âmbito das políticas públicas, além de representar mais uma violência às pessoas vivendo com HIV, que há tanto tempo lutam para desmistificar tais preconceitos infundados. Outro dado relevante nesse levantamento é referente ao estado civil das mulheres para quem estamos olhando. Peres e Baeninger (2017) encontraram que a maior parte das mulheres haitianas registradas no país estão solteiras (71%) enquanto uma parcela bem menor está casada (25,3%), contrariando assim a ideia de que as mulheres vem para o Brasil com propósitos de reunião do grupo familiar (Peres; Baeninger, 2017). Esse aspecto é igualmente interessante, pois ouve-se com frequência que mulheres haitianas vêm para o Brasil por causa de seus maridos. Contudo, tanto os dados apresentados pelas autoras, como em nossa própria vivência no campo empírico nos indicam que muitas e cada vez mais mulheres buscam migrar sozinhas ou com companheiras, amigas, irmãs, mães, enfim, sem que estejam necessariamente em busca de relacionamentos ou acompanhadas por homens.

Um aspecto que há muito vem inquietando nossas análises é que não há registros, pesquisas, discussões – pelo menos que tenhamos tido notícia no nosso percorrido a respeito da migração – de sujeitos LGBTQIAPN+ haitianos em contexto migratório, de modo que os

sujeitos são sempre tomados por suposto como cisgênero e heterossexuais, sem haver, contudo, maiores tensionamentos sobre o que acarreta esse silêncio sobre as identidades. Não se sabe se o movimento migratório de pessoas LGBTQIAPN+ é invisibilizado, como é tendência na academia brasileira, ou se estas pessoas possuem menores condições ou suporte para emigrarem, o que se traduziria em uma falta ou um número pequeno de pessoas LGBTQIAPN+ haitianas no Brasil. Fato é que não sabemos, por exemplo, se as mulheres que tem sido entrevistadas nas pesquisas brasileiras são heterossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais ou homossexuais, quanto à orientação sexual, e se elas são transgênero ou cisgênero, em conformidade ou não com o binarismo. Tampouco esses temas apareceram nas escutas e observações feitas, o que representa uma lacuna importante no nosso estudo. Todavia, consideramos importante tirar essa constatação do silêncio acadêmico, que tem sondado a questão há muitos anos. Diante disso, abre-se uma agenda de pesquisa urgente acerca de como gênero e sexualidade se articulam na experiência migratória de pessoas haitianas LGBTQIAPN+, os mecanismos de invisibilização nas estatísticas e nos discursos institucionais, e sobre as barreiras de acesso a políticas públicas, redes de apoio, inserção laboral e processos de regularização. Investigações desse tipo permitiriam tensionar a norma que estrutura os estudos migratórios e ampliar o campo, incorporando sujeitos cujas experiências seguem marginalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, foi possível identificar que o perfil de mulheres haitianas em migração é constituído por mulheres negras jovens, majoritariamente empobrecidas. Poucas conseguem se inserir em instituições de ensino no Haiti ou no Brasil, e por isso, como em um jogo de causa e efeito, estão pouco representadas nas universidades brasileiras. São mulheres que trabalham no campo dos serviços, as vezes em trabalhos informais e em situações tão precarizadas que podem ser identificadas como análogas à escravidão. Recebem os menores salários e vivenciam sofrimentos psíquicos e sociais em decorrência do racismo e da xenofobia (Handerson; Joseph, 2015). São mulheres solteiras, acompanhadas ou não, que encontram dificuldades frequentemente maiores do que as que os homens encontram no processo de deslocamento.

Muitas vêm grávidas, e, de maneira muito significativa, podem ser vítimas de

violências obstétricas em consequência do preconceito étnico e racial, o que causa a morte de muitas delas. Morrem por várias outras causas, como infecções e violência obstétrica, o que convoca a questionar: como será que é o atendimento oferecido a elas? Tudo isso demonstra a urgência em questionar por quais vieses essas mulheres têm sido olhadas, sem desconsiderar a frequência com que perspectivas androcêntricas, colonialistas, hegemônicas e eurocêntricas se impõem nos cuidados de saúde. Questionamo-nos se esses fatores interferem na forma como elas são acolhidas e como elas vivenciam a experiência de migrar. São elas, porém, que movimentam a economia no Haiti. As *damé sara* atravessam as ruas em tempos comuns fazendo o dinheiro circular, e nos tempos de crise alimentam os seus, por meio das mercadorias que plantam, colhem e vendem (Thomaz, 2011). São elas as *Poto mitan*, que traduz-se, *ipsis literis*, como pilar central, ou seja, elas são a espinha dorsal da sociedade haitiana (Aquino Araújo, 2015), guardadoras da nação em seu próprio corpo e ventre. E embora essas referências possam ser questionadas pelas suas contradições, sobretudo a partir de um olhar eurocêntrico, elas sinalizam o quanto essas mulheres são importantes para a construção de um lugar de acolhimento para os haitianos.

Entre os fluxos de imigração, embora predominem grupos constituídos por homens jovens, as mulheres também migram, e frequentemente assumem a posição de colaborar com a manutenção e a reconstrução de possibilidades de vida, atuando do cuidado doméstico ao sustento financeiro, as vezes em arranjos compartilhados com cinco, seis ou mais homens e mulheres tentando se rearranjar no país de destino (Aquino Araújo, 2015). A posição da mulher haitiana no laço social suscita a figura de uma encruzilhada, lugar de muitos caminhos, muitas incidências, de articulações e de pactos, de encontro consigo e com o outro. Certamente as perspectivas que consideram apenas uma das muitas categorias que se sobrepõem nesse percurso irão incorrer em uma visão simplista da realidade. Por isso propomos pensá-las por uma perspectiva gendrada e interseccional, capaz de questionar as pertinências de certas categorias que encerram sujeitos em uma narrativa única e homogênea. Pudemos, dessa forma, atender ao objetivo de tecer considerações acerca da migração de mulheres haitianas a partir da perspectiva dos estudos de gênero. Tal perspectiva permitiu interrogar os efeitos produzidos pelo discurso hegemônico-colonialista sobre a subjetividade de pessoas migrantes haitianas e sobre as formas de acolhimento que lhes são oferecidas no país de destino. Buscou-se por essa via abrir espaço para outras leituras e epistemologias, que nos convidem a repensar a ciência, o gênero, a raça, a nossa

própria formação enquanto professores-pesquisadores. Compreender implica também transformar. Nenhuma pesquisa cumpre sua função ética se não contribuir, de algum modo, para a transformação social.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALLEGRI, Enzo. Refundar uma nação livre e soberana. In: **SANTIAGO**, Ana (Org.). **HAITI POR SI**: a reconquista da independência roubada. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

AQUINO ARAÚJO, Adriano Alves. **LIMITAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE HAITIANA**: categorias de articulação/interseccionalidades. Agenda Social, v. 9, n. 2, 2015.

AZEREDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. Estudos Feministas, v. 18, n. 1, p. 175–188, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100011>

BAENINGER, Rosana; **DEMÉTRIO**, Natália Belmonte; **DOMENICONI**, Jóice de Oliveira Santos. **ATLAS TEMÁTICO**: Observatório das Migrações em São Paulo, Observatório das Migrações em Rondônia, Observatório das Migrações de Santa Catarina – Migrações Internacionais – Mulheres. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, p. 89–117, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>

BARROSO, Adriele Joventina Ferreira; **DIAS**, Weidila Nink; **FERNANDES**, Eliane
Revista Húmus

vol. 15, num.46, 2025

Gamas. **O SORRISO AINDA É A ÚNICA LÍNGUA QUE TODOS ENTENDEM?** Problematizações acerca do acolhimento a imigrantes haitianos. In: **FERNANDES**, Eliane Gamas; **LOPES**, Fabrício Ricardo; **SILVA**, Leila Gracieli da (Orgs.). **INSURGÊNCIAS AMAZÔNICAS: saberes e fazeres em Psicologia**. Porto Velho: Coleção Pós-Graduação da UNIR – EDUFRO, 2021.

BENERÍA, Lourdes; **DEERE**, Carmen Diana; **KABBER**, Naila. **GENDER AND INTERNATIONAL MIGRATION: globalization, development, and governance**. Feminist Economics, n. 18, v. 2, p. 1-33, 2012. DOI: 10.1080/13545701.2012.688998.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, n. 26, p. 329-365, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **ENEGRECER O FEMINISMO: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Ashoka Empreendimentos; Takano Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, p. 49–58, 2003.

CAVALCANTI, Leonardo; **OLIVEIRA**, Antonio Tadeu; **MACÊDO**, Marília. **IMIGRAÇÃO E REFÚGIO NO BRASIL: relatório anual 2020**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração; Coordenação-Geral de Imigração Laboral; Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, 2020.

CORACINI, Maria José. **LÍNGUA E EFEITOS DE ESTRANHAMENTO: modos de (vi)ver o outro**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 9, n. 2, p. 475–496, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1984-63982009000200006>

COSTA, Ana Maria Medeiros. Exílio e memória. In: **COSTA**, Ana Maria Medeiros; **MELMAN**, Charles; **CHEMAMA**, Roland. Imigração e fundações. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL: a relação**

entre trabalho e processos migratórios. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014. https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2014/10/dissertacao_geraldo_castro_2014.pdf

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Brasília: UNIFEM, 2004.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: **MINAYO**, Maria Cecília de Souza (Org.). **PESQUISA SOCIAL: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade; **NASCIMENTO**, Silmara Aparecida do. **MULHER, NEGRA E ESTRANGEIRA: um estudo sobre as mulheres haitianas no Brasil**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2018/oral-22749-15212.pdf>

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Revista Outubro, n. 26, 2016. https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/07/02_Nancy-Fraser.pdf

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. Civitas, v. 18, n. 1, 2018. <https://www.scielo.br/j/civitas/a/bRTKvzGxYTTDbtrFyLm5JNj/?format=pdf&lang=pt>

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS** (Org.). Lélia Gonzalez – Primavera para as rosas negras. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

HANDERSON, Joseph. Diaspora: sentidos sociais e mobilidades haitianas. Horizontes Antropológicos, v. 21, n. 43, p. 51–78, 2015. <https://www.scielo.br/j/ha/a/yGY4hRnhhXcNWHsDTH7khRD/?format=pdf&lang=pt>

HANDERSON, Joseph; **JOSEPH**, Rose-Myrlie. **AS RELAÇÕES DE GÊNERO, DE CLASSE E DE RAÇA**: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 9, n. 2, 2015. <https://api.unil.ch/iris/server/api/core/bitstreams/50ad165f-d20e-4f80-b469-21f2f9bf3ad8/content>

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: **HOLLANDA**, Heloísa Buarque de. **TENDÊNCIAS E IMPASSES**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOUDOR, Wooldy Edson. Uma história paradoxal. In: **SANTIAGO**, Adriana (org.). Haiti por si: a reconquista da independência roubada. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; **TERRIER**, Dina. **IMIGRAÇÃO DE MULHERES HAITIANAS EM BELO HORIZONTE/BRASIL**: identidades femininas, relatos de si e autonomia. Panorama, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 03-09, 2017. <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/5927>

MARINUCCI, Roberto. **FEMINIZATION OF MIGRATION?** REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, n. 29, p. 5-22, 2007. <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/55>

MILEV, Danilo. O direito humano à saúde reprodutiva e à assistência ao parto das mulheres imigrantes. Brazilian Journal of Development, n. 6, v. 10, p. 79727-79739, 2020. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-412>

NUSELOVICI, Alexis. Étudier l'exil. Fondation Maison des Sciences de L'homme, n. 9, pp. 1-9, 2013. <https://shs.hal.science/halshs-00861243/document>

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. Cadernos de Pesquisa, n. 112, p. 137-153, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0100->

15742001000100007

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). GLOSSÁRIO SOBRE MIGRAÇÃO. GENEBRA: Organização Internacional para as Migrações, 2009. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>

PEIXOTO, Carolina da Silva; **GIL**, Pedro Henrique Conte; **SONEGO**, Joice Cadore; **PIZZINATO**, Adolfo; **PICCININI**, Cesar Augusto. **PARENTAL STRESS IN INTERNATIONAL MIGRATION PROCESSES:** A Meta-Synthesis. *Migraciones Internacionales*, v. 16, 2025. <https://doi.org/10.33679/rmi.vii1.3019>

PERES, Roberta Guimarães; **BAENINGER**, Rosana. **MULHERES LATINO-AMERICANAS E HAITIANAS NO BRASIL:** perfil na imigração internacional. VII ALAP, Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, 2017.

PIERRE, André Yves. **MULHERES HAITIANAS NO ESPAÇO PÚBLICO DE 1930 A 1950:** o olhar sobre as primeiras ações feministas da Liga Feminina da Ação Social. *Revista Brasileira do Caribe, São Luís*, v. 19, n. 37, p. 89-103, 2018. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/11171>

ROSA, Renata de Melo. **XENOFOBIZAÇÃO DA MULHER NEGRA MIGRANTE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO FEMININO EM EMIGRAÇÃO:** a migração feminina haitiana em Santo Domingo. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, v. 15, n. 29, 2010. <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/58>

SANTINHO, Maria Cristina. *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: Contornos políticos no campo da saúde*. Lisboa: Alto-Comissariado para as Migrações, 2016.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. **HAITI:** a fenomenologia de uma barbárie. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

SCOTT, Joan. GÊNERO: uma categoria útil para análise histórica. Educação & Realidade, n. 20, v. 2, 1995/2017. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

SOUZA, Neusa Santos. TORNAR-SE NEGRO: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TELMO ROMANO, Alice Queiroz; PIZZINATO, Adolfo. MIGRAÇÃO DE MULHERES PARA O BRASIL: interseções de gênero, raça/etnia e classe. Trabajo Social, v. 21, n. 2, p. 196–213, 2019. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial/article/view/75072>

TELMO ROMANO, Alice Queiroz; PIZZINATO, Adolfo. TRAJETÓRIA DE MIGRAÇÃO DE MULHERES HAITIANAS EM PORTO ALEGRE: um estudo qualitativo. Psicologia em Estudo, v. 26, 2021. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v26i0.47781>

THOMAZ, Omar Ribeiro. ELES SÃO ASSIM: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti. São Paulo: Cadernos de Campo, v. 20, n. 20, p. 273-284, 2011. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p273-284>

TONHATI, Tânia; MACEDO, Marília. IMIGRAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal. In: **TRIGUEIRO, Rodrigo de Menezes; RICIERI, Marilucia; FREGONEZE, Gisleine Bartolomei; BOTELHO, Joacy.** Metodologia científica. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional SA, 2014.

UNITED NATIONS. International migration report. New York, USA: Department of Economic and Social Affairs (DESA), 2013.